



Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA ATA DA 84.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1.980. QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, David Federmann, David Cheriegate, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eróndy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Gilberto Agibert Filho (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Darcy Deitos, Del Ciel, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

- O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n.º 27/79, de sua autoria que visa denominar "Dr. Moacir Camargo Martins", o Instituto Médico Legal de Londrina.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões, dos Projetos de Lei n.ºs 23/78 e 80/79.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja

consignado na ata dos trabalhos do dia de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Ana Pires Teixeira, falecida no dia 10 do corrente na Cidade e Comarca de Ubatã-Pr.

A falecida pertencia a família tradicional da cidade e sua morte consternou não somente seus familiares como também toda sociedade.

Era casada com o Sr. José Alves Teixeira que deverá ser cientificado da decisão deste Poder, à Rua Santos Dumont s/n. Farmácia Nossa Senhora Aparecida em Ubatã,

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo pela inauguração da Rádio INCONFIDÊNCIA, da Cidade de UMUARAMA, neste Estado, em data de 25/07/80, à Rua Ministro Oliveira Salazar, esquina com a Rua Arapongas.

Requer ainda que, da decisão do Plenário, seja dado ciência aos Srs. Diretores da mencionada emissora.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) ROMERO FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Octávio Cezário Pereira Júnior, Digno Secretário da Justiça do Estado do Paraná, encarecendo providências no sentido da instalação de uma sub-sede da Junta Comercial do Paraná, anexo à Associação Comercial e Industrial de Maringá, conforme solicitação e exposição de motivos daquela entidade classista, objetivando a descentralização e agilização dos serviços.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Maringá há muitos anos serve como escritório da Junta Comercial do Paraná, gerando um grande volume de serviços, tais como: arquivamento e alterações de contratos, declarações de firmas individuais, anotações, registro de livros, constituições de sociedades anônimas, etc., atendendo as cidades de toda a Micro-Região polarizada por Maringá, tendo seus serviços aumentados pelo crescimento do número de empresas em toda a região. A centralização burocrática existente, ocasiona morosidade no processo de remessa e devolução dos documentos, conseqüentemente aumentando o custo da tramitação dos referidos papéis.

Portanto, é de justiça a criação de uma sub-sede com autonomia para o processamento dos serviços a ela atinentes, conservando a vinculação administrativa à Junta Comercial do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Agricultura, Governador do

Estado e Secretário da Agricultura do nosso Estado, externando-lhes o reconhecimento desta Casa, pelas recentes determinações daquele Ministério, através da Secretaria de Defesa Sanitária, cujas Resoluções de números 01, 02, 03 e 04, publicadas no Diário Oficial da União, de 05 de maio próximo passado, se constituem o resultado dos vários pronunciamentos desta Casa, bem como das sugestões objetivas apresentadas ao Ministério, pela Secretaria da Agricultura do nosso Estado, tendo em vista o aperfeiçoamento de critérios que visam exterminar com o cancro cítrico em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor GILBERTO GERALDO GARBI, Digníssimo Presidente da TELEPAR, solicitando a ligação dos telefones já instalados no Distrito de Boa Vista da Aparecida, Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A desatenção que essa Companhia tem demonstrado com este Parlamento e em especial com parcela do povo que este Deputado representa, tem sido inaceitável. Apenas para citar um exemplo, desde 1978 estamos requerendo a implantação de sistema telefônico em Boa Vista da Aparecida e Capitão Leônidas Marques e até agora o distrito não foi contemplado com as ligações, apesar das afirmações serem taxativas que esse serviço seria entregue no final de 1.979.

Por essa razão, estamos reiterando que sejam ligados os telefones do Distrito de Boa Vista da Aparecida em Capitão Leônidas Marques, já instalada e sem qualquer providências de seu funcionamento por parte da TELEPAR.

Além disso, já estão todos pagos, segundo informações de usuários, e não se justifica essa demora por parte dessa Companhia, havendo especulações de que o problema seria de natureza política.

De acordo com as informações da TELEPAR, os terminais telefônicos foram comercializados para operação no segundo semestre de 1.979, o que não está ocorrendo, pois até a presente data não temos notícia de que algum telefone esteja em funcionamento naquele Distrito, exceto o monocal.

Nestas condições, reiterando as nossas anteriores manifestações, fazemos este novo apelo, esperando não apenas uma resposta urbana, mas também o atendimento da reivindicação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado as Excelentíssimas autoridades referidas na Súmula, solicitando com a máxima urgência sejam solucionados os problemas de terras em litígio no Município de Assis Chateaubriand, na localidade de Brasileira, cuja área foi desapropriada pelo INCRA, e por existirem na mesma vários posseiros com direito a título de posse.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

A expedição o mais breve possível dos títulos de posse, evitará litígio entre posseiros e latifundiários da região que se encontram dentro da mesma área.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, preenchidas as formalidades regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Ministros da área econômica, manifestando o apoio do Legislativo Estadual do Paraná às solicitações e ponderações da Associação Comercial e Industrial de Maringá, assim como enviar expediente ao Senhor Governador solicitando seu apoio para o que requer e pondera a Associação Comercial e Industrial de Maringá.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) RENATO BERNARDI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor EDSON MACHADO DE SOUZA, M.D. Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação de um curso de 2.º Grau na Cidade de Renascença.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito e Srs. Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

1 - O Município de Renascença está hoje com uma população superior a 10.000 habitantes.

2 - A cidade já conta com mais de 3.500 habitantes além de ter em suas proximidades as localidades como Canela, Baulândia e outras nas quais o número de jovens que já se formaram no 1.º Grau é bastante elevado.

3 - Atualmente os alunos têm necessidade de se deslocarem para Marmeleiro ou Francisco Beltrão com altos custos de transportes.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deficiência atual do aparato policial no Município de Umuarama, o que motiva o crescimento dos índices de criminalidade, REQUER que a Secretaria da Segurança Pública e que o Departamento de Polícia Civil forneçam mais amplos recursos, em pessoal, em veículos, em equipamento e em verbas, à esforçada e manietada Polícia do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) ROMERO FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Crescem, dia para dia, os índices da criminalidade em nosso País inclusive no Paraná. Avultam, como causas, para esse preocupante fenômeno a crise econômica e os problemas sociais, cada vez mais agudos.

O Poder Público está no dever de proteger a sociedade contra a delinquência. Para esse fim, dispõe de recursos com que equipar, em homens e em materiais, os órgãos de prevenção e de repressão do crime.

Estranhamos que tal tipo de assistência não esteja ocorrendo, na proporção necessária, no Município de Umuarama, também campo de ação de criminosos de categorias diversas.

A Polícia local conta, por exemplo, com apenas dois automóveis Volkswagen, e com apenas dois motoristas. A região sob sua jurisdição é extensa, e nem sempre esses veículos se encontram em condições de serem utilizados, por

defeitos técnicos, ou por falta de verba para combustível.

A verba reduzida obriga a escassez de comida para os presos. Isso redundará, como em outros municípios, na preocupação em não manter presos na cadeia pública. As prisões são feitas apenas em casos extremamente graves, porque nenhum policial deseja ver o detento passando fome, sem que lhe possa dar ajuda.

Registram-se delitos em toda sorte, em Umuarama. O arrombamento e o furto de automóveis estão se intensificando, de maneira alarmante, nos últimos tempos. A audácia é tanto maior, por saberem os ladrões de automóveis que a Polícia não está aparelhada para reprimi-los.

Diante do lamentável fato, submetemos à apreciação do Plenário desta Casa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em exercício JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, Dr. REINHOLD STEPHANES, Ilustríssimo Senhor JOSÉ GUILHERME LOBO CAVAGNARI, M.D. Coordenador Regional do INCRA e Ilustríssimo Senhor PAULO IOKOTA, M.D. Presidente do INCRA.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado as Excelentíssimas autoridades referidas na súmula, solicitando com a máxima urgência sejam solucionados os problemas de terras em litígio no Município de Assis Chateaubriand, na localidade de Brasiliana, cuja área foi desapropriada pelo INCRA, e por existir na mesma vários posseiros com direito a título de posse.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

A expedição o mais breve possível dos títulos de posse, evitará litígio entre posseiros e latifundiários da região que se encontram dentro da mesma área.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 107/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — É vedada, sob pena de nulidade, a nomeação de cônjuge ou de parente até 2.º grau, consanguíneo ou afim de Governador, Deputado, Secretário de Estado, Magistrado, Dirigentes de Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Fundações; Procurador, Promotor Público, Conselheiro e Auditor do Tribunal de Contas, para cargo dos serviços auxiliares dos órgãos em que servirem.

§ único — Não são abrangidos por este artigo, os aprovados em concurso público, devidamente regulamentado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A legislação federal, especialmente a que rege o funcionamento da Justiça Federal, Lei 5.010, prevê proibição semelhante atingindo parentes, consanguíneos ou afins de Juiz Federal.

De sua parte, embora menos abrangente e excetuando alguns casos, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do

Estado, Lei n.º 6174, em seu artigo 346, veda ao funcionário “trabalhar sob ordens do cônjuge ou parente até 2.º grau, salvo em função de estrita confiança”.

Ora, a expressão “cargo de confiança” pressupõe a qualificação técnica e profissional do respectivo titular e não a simples condição de mero parente por consanguinidade ou afinidade, como tem sido erroneamente entendido.

A preocupação humana de auxiliar parente mais íntimo, proporcionando-lhe emprego e, por via de consequência, melhores condições de vida, deve e pode ser alcançada através de outros meios indiretos, desde a preparação para concursos públicos, onde todos, em rigorosa igualdade de condições, poderão atingir as mais elevadas posições na vida pública, sem privilégios nem favorecimentos que são, em essência, a própria negação a democracia.

O povo paranaense reage, assim, de forma capaz e digna, desagrvando o brio de seus homens públicos, que não pactuam, sob hipótese alguma, com qualquer forma de filiotismo ou nepotismo na administração pública estadual, direta ou indireta, haja vista o grande número de concursos públicos que frequentemente são realizados em nosso Estado.

Daí a nossa preocupação em defender as mais caras tradições da nossa vida pública e administrativa, inserindo um preceito legal capaz de impedir e coibir, de uma vez por todas, quaisquer veleidades de aproveitamento ou de privilégios de que pudessem lançar mão os detentores de cargos e funções públicas, colocando-os a cavaleiro de críticas maldosas e reconduzindo o conceito elevado de que gozam honrados funcionários e detentores de mandato, ao seu verdadeiro nível.

PROJETO DE LEI N.º 108/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 4.º, da Lei n.º 230/61, de 29 de dezembro de 1.961, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4.º — Fica criado no Município de Tuneiras do Oeste o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida d'Oeste com as seguintes divisas:

—partindo da foz do afluente da margem direita do Rio Goioerê até a foz do seu afluente da margem direita que é contravertente do córrego Adelaide, subindo por este afluente até encontrar a estrada de rodagem que liga Tuneiras-Campo Mourão pela linha divisória das terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e, pela aludida estrada, até a altura da nascente do Ribeirão Tonetti, donde em reta, por uma linha seca, alcança a cabeceira do mesmo Ribeirão Tonetti, pelo qual desce até a sua Foz no Rio Goioerê”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE RETIFICA O ARTIGO 4.º DA LEI 230, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.961

A Lei n.º 4.245, de 25 de julho de 1.960, que criou o Município de Tuneiras do Oeste estabeleceu as divisas com o Município de Araruna começando pela foz do córrego Hervai-zinho com o Rio dos Índios, subindo por este até a foz do córrego Adelaide e por este até a sua cabeceira, donde em linha reta, por uma linha seca alcança a cabeceira do Ribeirão Tonetti, pelo qual desce até a sua foz no Rio Goioerê.

A Lei n.º 230/61, que pelo artigo 4.º, criou o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida d'Oeste, entretanto, fixou divisas diferentes das mencionadas no diploma legal que criou o Município de Tuneiras do Oeste, atingindo área

pertencente ao Município de Araruna.

Os ilustres Prefeitos de Tuneiras do Oeste e de Araruna em manifestações juntadas ao presente plano de lei, declaram concordância com a retificação que ora propomos que, virá regularizar, atendendo aos anseios de elevado número de co-estaduanos, a situação junto aos órgãos públicos, notadamente o IBGE que brevemente levará a efeito novo censo na região.

Outrossim, as anexas fotocópias de documentos expedidos pelo Cartório de Registro de Imóveis competentes demonstram serem respeitadas as divisas constantes da Lei n.º 4.245.

Por estas razões, submetemos à apreciação dos nobres Pares o presente projeto, na expectativa do indispensável apoio para que, aprovado possa o autógrafo ser submetido ao Excelentíssimo Senhor Governador para ser transformado em lei.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário do Vereador Antônio Vederan, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Toda a imprensa do Paraná, em manchete no dia de hoje noticia a paralização de obras das mais importantes do nosso Estado, dentre as quais a BR-116 e a BR-277. E muito bem disse o Deputado Vilela Magalhães, na Câmara dos Deputados, dizendo que era um atestado de burrice e um verdadeiro desastre o que estava acontecendo com o nosso Estado.

Nós não podemos admitir, muito embora estejamos vinculados à bancada do PDS, do Governo Federal, Governo do Estado, que é a bancada que dá sustentação ao Governo Federal, estamos em total desacordo com o Ministro do Planejamento que não planeja nada. Se planejou a execução da BR-277, duplicação da pista da BR-277 e se não tem condições de viabilizar a conclusão da obra, é então um Ministro que está fadado ao descrédito da opinião pública.

E nós estamos indignados, estamos revoltados, razão pela qual fizemos um requerimento vazado nos seguintes termos: (Lê):

“Sr. Presidente.

Toda a imprensa da Capital, destaca hoje, em manchetes de primeira página, a notícia estarrecidora de que o DNER paralizou as obras em diversas estradas do Paraná, inclusive a BR-277 - trecho Curitiba-Paranaguá entre os quilômetros 7 a 58.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa atitude do Governo Federal não poderia ser mais desastrosa e como enfatizou o Deputado Vilela Magalhães, em pronunciamento na Câmara Federal “UMA BURRICE E UM DESASTRE”.—

As conseqüências negativas imediatas, segundo um rápido levantamento, será o desemprego de aproximadamente 3.000 trabalhadores, isto só nas imediações de Curitiba, bem como consideráveis prejuízos na exportação agrícola, particularmente no caso do café e do soja, sem considerarmos as dificuldades no transporte de cargas de equipamentos para Itaipu.

Devemos ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ressaltar que na BR-277, as obras de arte encontram-se totalmente concluídas. - Isto quer dizer que, uma previsão a curto prazo é de que o restante das obras estaria concluída até o final do ano.— Além das conseqüências acima enumeradas, é sabido também que obras de aterros serão fatalmente prejudicadas com as chuvas que causam erosão e quando do reinício das obras terão que ser, pelo menos parcialmente refeitas.

Face ao exposto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, através desta tribuna, dirigimos veemente apelo ao Excelentís-

simo Sr. Governador do Estado, para que Sua Excelência interceda junto aos órgãos do Governo Federal, no sentido de ser reexaminado o assunto e que se permita a conclusão das obras, especialmente da BR-277 (duplicação Curitiba-Paranaguá), por ser uma estrada de transcendental importância para nossa economia, uma vez que é nosso corredor de Exportação e poderíamos dizer o “pulmão do Paraná”, pois é por ali que o nosso Estado respira através da exportação de sua considerável produção agrícola.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1.980.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós estamos vivamente empenhados em conseguirmos uma solução favorável para que não sofra solução de continuidade a duplicação da Rodovia BR-277. E a nossa indignação aqui demonstrada ao Sr. Ministro Delfim Neto, que tem dado demonstrações de incapacidade, e eu digo e ratifico que tem causado profundos dissabores por esse Brasil afora. Há um grande descontentamento pela permanência desse Ministro na Pasta do Planejamento.

E esta paralização eu responsabilizo o Sr. Ministro porque ele é da área do planejamento e a imprensa diz que é dentro do setor do planejamento o principal responsável por essa paralização.

Daí a presença nossa nesta tribuna e o nosso repúdio a esta política malfadada desse Ministro, que hoje é o responsável pela paralização de importantes obras do nosso Estado.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento com o seguinte texto: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo; ao Senhor Antônio Delfim Neto, Ministro do Planejamento e ao Senhor Ernane Galvêas, Ministro da Fazenda, solicitando medidas de apoio às pequenas e médias empresas, ameaçadas de paralização dos negócios e a insolvência, caso não sejam injetados recursos com a máxima urgência.

Sala das Sessões, aos 14 de agosto de 1.980.

JUSTIFICATIVA:

Justificamos este requerimento com o telex enviado pelo Sr. Kentaro Takahara, Presidente da Associação Comercial de Londrina, às autoridades acima mencionadas:

“A Associação Comercial de Londrina, em defesa dos legítimos interesses das classes empresariais de Londrina e Paraná e no cumprimento do dever que lhe cabe como entidade de classe em prestar assessoria ao Governo nos assuntos que lhe são pertinentes, vem mui respeitosamente dizer que a capacidade de suporte das empresas, notadamente médias e pequenas, diante do quadro de escassez de recursos para capital de giro, chegou ao seu ponto extremo, não havendo outra alternativa senão a paralização dos negócios e a insolvência, caso recursos não sejam injetados com a máxima urgência.

A maioria está impossibilitada de recolher impostos, cota de previdência social, pagamento de funcionários, de fornecedores e de outros custos operacionais, pois seus recursos próprios e os limites disponíveis nos bancos para operações de desconto e empréstimo, foram totalmente consumidos.

As agências bancárias de Londrina e do Paraná, com raras exceções não dispõem de limites para operações de crédito, como resultado da limitação de quarenta e cinco por cento na expansão das aplicações bancárias imposta pelo governo.

Diante desse quadro, em que está se desenhando, com bastante nitidez, os contornos de uma recessão econômica, com graves consequências econômicas, políticas e sociais, vimos solicitar imediata e necessária intervenção das autoridades, no sentido de reformular a política de combate à inflação, com tratamento especial e preferencial aos setores produtivos, destinando recursos necessários para a agricultura, indústria e comércio, para possibilitar a manutenção dos níveis de atividades econômicas, oferta de empregos e preservação da iniciativa privada, descartando de vez a recessão como medida saneadora da economia nacional.

A safra de trigo no Paraná está praticamente assegurada, o café está sendo colhido e com perspectivas de safras compensadoras para o próximo ano; para o plantio das culturas de verão teremos certamente expansão na área de plantio, como resultados dos novos preços mínimos. Tudo indica que teremos novamente excelentes safras agrícolas, que possibilitará o abastecimento do mercado interno e a formação de preciosos excedentes para exportação.

O caminho do combate à inflação, num País com as características do Brasil, é através do aumento da capacidade produtiva, da austeridade financeira e contenção dos gastos em todos os setores e níveis, com conseqüente formação da poupança interna, fundamental para o soerguimento da economia nacional."

Era este, portanto, o requerimento que estamos encaminhando à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A região da fronteira está vivendo uma situação especial; um conjunto de problemas que precisam ser enfrentados com firmeza por parte das autoridades responsáveis.

Todos os municípios paranaenses das três fronteiras viram crescer a criminalidade, como decorrência da crise econômica e social; como resultado dos desalojamentos e migrações de milhares de pessoas; como um subproduto de explosão urbana. Principalmente esses três fatores encadeados geraram uma nova situação social, em que os índices de criminalidade cresceram a níveis superiores ao aumento populacional.

Porém, se nós reconhecermos que são apenas esses fatores as causas do aumento da criminalidade, devemos cuidar antes de ações policiais e jurídicas, de planejamento econômico, reformas estruturais e assistência social e cultural. Neste ponto, todos nós acreditamos que isso precisa ser feito para que ao lado de aspectos do desenvolvimento econômico tenhamos o aperfeiçoamento social e cultural.

Desejo chamar a atenção não somente para o subproduto da crise econômica, dos desalojamentos e reassentamentos precários, nem para a questão da explosão urbana particularmente. Desejo destacar o superproduto da marginalização social, de uma parte; e da capacitação e eficiência policial, de outra parte. Quero dizer que o crime organizado é um processo sofisticado que se assenta na existência disseminada do crime comum, praticado por indivíduos; e se alimenta da falta de condições e meios para uma ação de justiça, onde a polícia tem papel relevante.

Neste País tem sido comum tratar a questão do crime ora como uma mera questão de polícia, ou como simples decorrência econômica e social, pelo ângulo dos sociólogos.

Para não entrar em receitas sobre o problema da criminalidade na região da fronteira, irei direto a uma questão que está preocupando todos os habitantes locais. O roubo de automóveis. É uma fração da criminalidade, mas a atitude policial pode diminuir em muito o raio de ação dos quadrilheiros que ali

operam.

Um dos maiores males da ação preventiva e repressiva policial na região é a superposição de jurisdição e ação policial. Como é área exposta a investidas de grupos nacionais e internacionais, de contrabando, tóxicos e roubo, e como a polícia federal deveria abarcar o universo de crimes em regiões limítrofes, a ação da polícia estadual é frouxa, rotineira, esperando que as autoridades federais se encarreguem do crime organizado, que acaba sempre tendo cúmplices e agentes nos dois ou três lados das fronteiras.

Creio que o Secretário da Segurança poderia entender-se com o Delegado Regional da Polícia Federal, a respeito dessa rotina, dessas áreas de atuação, dos tipos de crimes que ali ocorrem. Esta é uma sugestão que faço. Parece que não há muita clareza dos agentes a respeito desses problemas de crime organizado, em suas variações.

Não é demais ressaltar que o Secretário da Segurança, Coronel Haroldo Ferreira Dias, está realizando um programa exemplar na ação policial em Curitiba: a integração dos policiais com a comunidade, através dos postos comunitários, para a segurança da população. É o primeiro passo no sentido de integrar o policial e a comunidade, aumentando-lhe a responsabilidade e obrigando-o ao nivelamento de direitos com o povo.

Quero oferecer uma sugestão ao Secretário da Segurança, não com a pretensão de eliminar o roubo de automóveis na fronteira, mas no sentido de reduzi-lo, criando um sistema de proteção conjunta para a população. Sei que nesta questão de segurança o pensamento mais correto é aquele que estabelece a cooperação e a dupla responsabilidade entre a população e os agentes da lei; não há outra forma.

Que Sua Excelência entre em contato com as Prefeituras Municipais, no sentido de criar áreas de estacionamento nas cidades, onde se torne mais fácil o controle e a guarda de veículos. Permitindo-se que apenas um ou dois policiais ou guardas especiais controlem a propriedade alheia. Aqui em Curitiba, o sistema que está em implantação, o ESTAR, parece carecer apenas de que o pagamento pelo horário de estacionamento não implique em segurança, o que é normalmente fixado nos estacionamentos particulares. Acredito, entretanto, que esse sistema se irá aperfeiçoando e pode, desde já, ser - em nível mais modesto - um sistema de guarda e segurança para veículos que não tenham garagem para estadia e guarda.

Independente de que a autoridade da segurança aceite sugestões sobre a proteção de automóveis nas cidades do interior, especialmente na faixa de fronteiras, há um clamor por providências imediatas contra o crime organizado que se dedica ao roubo de automóveis, e em grande parte os transpassa para países vizinhos. O roubo de automóveis está disseminado, e feito por quadrilheiros perigosos, de raízes internacionais.

Acredito que uma medida de prevenção, ao lado do combate aos criminosos, e dentro dessa linha que está sendo posta em prática pela Secretaria da Segurança, pode ser adotada com brevidade. Atendendo aos reclamos da população alarmada com o crime organizado."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta nossa sugestão parece muito simples, mas, é de uma real importância para a fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, que está sendo barbaramente prejudicada com o roubo de veículos.

Ninguém mais tem segurança de deixar o seu carro em qualquer parte de uma daquelas cidades. E pedimos à Segurança Pública do Estado que entre em convênio com a Polícia Federal, até mesmo com a Receita Federal, organize um combate a esse estado de coisas, para dar mais segurança ao patrimônio do homem, especialmente aquele móvel que é o próprio veículo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli,

inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Estamos vivendo nesta época a colheita do trigo. Estamos também com os dados praticamente confirmados que a área de cultura do trigo, no ano em curso, em nosso Estado foi de trezentos mil hectares menos do que a última safra. Ainda que várias sejam as razões apresentadas com esta lamentável redução, uma medida deve ser tomada e pensada com a máxima reflexão: é de que ocorreu com a demora da fixação do preço do trigo. Veio muito tarde e ainda o que foi pior, não correspondia - já na época os altos preços gerados pela caudal inflacionária de todos os investimentos na lavoura tritícola.

Seja qual for na verdade a causa dessa diminuição, a verdade é que estamos praticamente com um mínimo de aumento de colheita agrícola, enquanto aumentam as quantidades de vários produtos agrícolas por nós importados.

Não pretendemos dar aqui a solução para tão grave problema, mas entendemos que uma vez que existem órgãos e poderes especializados para essa finalidade, que esperamos sejam equacionados a curto prazo.

Várias são as razões para esse grande desestímulo, mas entre tantas uma se destaca como de grande importância; - é a alta taxa de juros que são cobradas do agricultor, sem a fixação de um preço mínimo capaz, por seu desgaste ou defasagem de absorver todas as parcelas de custeio, e ainda deixar uma razoável margem de lucro.

Destacamos aqui o resultado do terceiro encontro dos engenheiros agrônomos realizado em Mato Grosso do Sul, onde aprovaram resoluções apoiadas em três pontos: - crédito rural - abastecimento e política Estadual.

A resolução que diz total respeito aos agricultores paranaenses, é a abertura do crédito rural com juros de quinze por cento ao ano, - sem correção monetária. Solicitaram ainda no que foram atendidos o aumento dos valores de custeio para a safra 80/81. Estamos solidários com os técnicos agrícolas que se posicionaram de maneira a esclarecer o poder público, procurando defender o agricultor.

Em verdade se realmente se pretende - como realmente necessitamos - melhorar a condição de vida do trabalhador do campo, não obstante todos os esforços que estão sendo dispendidos, - volte o governo suas vistas sobre menor taxa de juros, e se estabeleça no sistema bancário, um limite ao lucro auferidos nos empréstimos destinados à lavoura. Se isso não ocorrer, somente estaremos contribuindo para que os estabelecimentos bancários se locupletem com sua participação no programa de desenvolvimento da agropecuária. Enquanto isso o produtor ganhará cada vez menos - isso quando consegue ganhar alguma coisa - e o consumidor pagará cada vez mais.

A agricultura paranaense tem tudo para colaborar intensamente aos apelos do governo. E quer - precisa - e deve colaborar. Mas o mínimo que se pode desejar - para ela a agricultura sujeita sempre aos efeitos climáticos - é que as decisões para com ela sejam razoáveis e justas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, do insigne Sr. Deputado Federal Nivaldo Krüger.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente o pronunciamento do Deputado Nelson Buffara, vemos um Ministro desastroso, no nosso País, vemos um Ministro do Planejamento, que nada planeja, que não confere nada, então, é nesta hora que a nossa bancada e as bancadas das Oposições, pelo bem do Paraná e pelo progresso desta terra e de sua gente, haverão de se unir, pedindo a demis-

são desse Ministro que está infelicitando a nossa Nação. Deputado Nelson Buffara e Deputado Vilela Magalhães, olhando pelo Paraná que é a terra que carrega divisas sobre cujo comparativo o ilustre Ministro não tem um minuto de reflexão para avaliar, não tem um minuto de reflexão sobre o que este nosso Estado dá para a União, e de que, o nosso Estado é o celeiro do Brasil. Este Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é o celeiro do Brasil, está à mercê de um homem, da tecnocracia de um homem que já em governos passados, projetou a falência do Brasil!

Queremos estar solidários com o Deputado Nelson Buffara e queremos também fazer um apelo a todas as bancadas, ao Poder Legislativo e a todas as nossas bancadas na esfera federal, que, façam um voto de repúdio a esse Ministro que está cerceando o Paraná, de suas estradas e de seus legítimos direitos, o que não é favor algum que devolvam, ao Paraná, aquilo a que o Paraná tem direito, que dêem ao Paraná, o que o Paraná tem direito. Chega de demagogia, chega de tecnocracia.

O Sr. Delfim Neto está infelicitando o nosso Paraná, o nosso Governo! Nós, estarecidos, numa bancada da Situação, ouvimos queixas do povo paranaense e do povo brasileiro, sobre um homem que não quer acertar, de um homem que só pensa em recessão, de um homem que não faz o quadro comparativo da arrecadação deste gigante Estado, de um homem que toda a vida procurou cercear o direito do paranaense. É nesta hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que haveremos de nos unir em defesa de nossa terra, em defesa do Paraná, contra esses “ministrinhos”, esses homens que já estão fadados à derrota, esses homens que estão levando o nosso País, o nosso Presidente - com boa fé - e o nosso próprio Partido, a uma disputa inglória, porque só temos tido, Srs. Deputados, Sr. Presidente, o amargor de ver o nosso Estado, o nosso País e o dinheiro do povo mau gerido pelo homem da recessão, pelo homem do pessimismo que se chama Delfim Neto. Este homem há de sair do Ministério para felicidade do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Constrangido, Sr. Presidente, volto a esta tribuna pela milésima vez, para falar do problema COTRIGUAÇU, especialmente com relação à gleba de Aripuana.

Volta a circular no noticiário da grande imprensa nacional, esse espetáculo já teatral, que envolve a Central de Cooperativa Regional Iguaçu, a COTRIGUAÇU, com sede em minha Cidade, Cascavel, relativamente à área de um milhão de hectares que adquiriu no Mato Grosso do Norte.

Já passaram pela chefia dessa Central pelo menos quatro diretorias, desde que o negócio foi realizado ou adquirida esta área. E, a atual diretoria, ao que se sabe pela imprensa e por depoimentos, estaria na iminência de transferir todo aquele acervo, para um grupo particular agora, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, depois de ter recusado a alienação da área no mês de março, pelo valor de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, com um ágio de pelo menos duzentos milhões de cruzeiros sobre a dívida. A transferência de que se fala agora, Sr. Presidente, é por um valor astronômico, exatamente, coincidente ao valor da dívida da COTRIGUAÇU, com relação a esta área.

Acontece, Sr. Presidente, que a deliberação feita pela diretoria da COTRIGUAÇU nos parece, faltar legitimidade. Porque as Cooperativas singulares, precisariam estar incorporadas neste ato, na formalização de um documento, um protocolo

de intenções, oferecendo a venda dessa área por 1.812 bilhões de cruzeiros. Acontece, que só os presidentes de algumas singulares, foram signatários deste documento o que nos parece juridicamente insustentável, que o negócio possa ser realizado, Sr. Presidente. E, o depoimento do Presidente da COTRIGUAÇU na Câmara de Cascavel, editado na imprensa de hoje, na imprensa de Cascavel, é de que realmente este negócio, estaria sendo viabilizado e o que é pior, sob a pressão do Presidente Nacional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, o Sr. Paulo Yokota, figura de discutível presença na Diretoria deste Instituto. E, o que vamos ver, Sr. Presidente, lamentavelmente o que ocorre, é que o valor da gleba circula hoje, em torno de 20 bilhões de cruzeiros, só no potencial madeireiro que detém aquela área, sem contar com 3 garimpos existentes, com campos de aviação, com maquinarias, com estradas feitas pela COTRIGUAÇU, serrarias ali implantadas e não na gestão deste Presidente. A INDECO, só para efeito de exemplo, que é uma área de valor inferior àquela, mais distante do que aquela, está girando o preço em torno de trinta e seis mil e quinhentos cruzeiros por alqueire.

Ora, Sr. Presidente, o que há de notável nesta pressa de fazer o negócio e até mais, Sr. Presidente, sob o protesto da Cooperativa Agrícola de Cascavel, que é a segunda maior componente do conglomerado COTRIGUAÇU.

A pergunta que se faz: - como é que se explica que a Presidência do INCRA, o Governo da República e as autoridades do setor, como é que avaliam a feitura dum negócio desta natureza, por um valor irrisório, quem sabe até sob pressão? Beneficiando, quem sabe, e vai aqui a dúvida, grupos particulares em detrimento de quase 30 mil associados da COTRIGUAÇU através das singulares.

Sr. Presidente, a consternação e o clima de revolta que está na região, torna-se insustentável, diante de tantas aberrações que se tem visto neste País afora. E não é possível nós ficarmos calados. E já cobramos do Governo do Paraná, em várias oportunidades, do Sr. Presidente do INCRA e até do Ministro da Agricultura, um comportamento compatível com a boa aplicação de recursos públicos. E o que se vê, Sr. Presidente, para concluir, é que o Governo, através do INCRA, está, quem sabe, indiretamente forçando a feitura desse negócio. Se pode forçar para as empresas particulares, e especuladoras do mercado imobiliário, por que não incentivar as Cooperativas, que no mínimo vão aplicar recursos, para satisfazer uma boa e racional reforma agrária? E o que é melhor, Sr. Presidente, colocar os coítonos desapropriados de Itaipu e de todo este Paraná, que já chega a quase dois milhões de "bóias-frias", segundo a notícia da imprensa. Não dá para aceitar. E a nossa revolta, a revolta dos agricultores do Oeste do Paraná? Não poderia ficar à mercê de sua própria sorte. Exigimos do Governo um comportamento compatível com o bom andamento dos destinos dos negócios públicos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na ordem de número, já é o quarto pronunciamento, sobre a série: — (Lê):

"ITAIPU, a pedra que canta, cantou bem alto diante de mais de 1.500 agricultores acampados durante 16 dias frente a seu escritório jurídico em Santa Helena. Desde 1976, quando ITAIPU iniciou sua campanha de publicidade propalando aos quatro ventos que pagaria o preço justo pelas terras e benfeitorias da área a ser inundada, os agricultores perguntam em quanto importa o preço justo? Quais os critérios adotados para definir concretamente o valor em moeda deste abstrato conceito

de preço justo? E apesar do empenho da Igreja, de Parlamentares, dos sindicatos em descobrir e saber concretamente o valor deste misterioso preço justo, isto nunca foi revelado. A situação se agravou quando os primeiros agricultores começaram a ser indenizados ou melhor dito obrigados a vender a ITAIPU suas terras mediante contrato simples de compra e venda. Descobriram então diante do preço oferecido que este era geometricamente proporcional a honestidade com que propalavam o preço justo. E diga-se de passagem que a proporção da honestidade de ITAIPU para com os agricultores deixa muito a desejar. O descontentamento dos agricultores foi geral. O clima de insegurança e tranqüilidade dos agricultores fez com que ITAIPU interrompesse suas reuniões junto aos mesmos sob pena de não conter os ânimos que se acirravam. ITAIPU então lançou mão da imprensa falada e escrita para se justificar diante da opinião pública com a mesma "honestidade" do preço justo, uma vez que caiu completamente em descrédito junto aos agricultores atingidos.

Tudo isto foi como uma gota d'água num enfurecido mar. De nada adiantou a tentativa de abafar a voz dos que se levantavam contra a injustiça, de nada adiantou suspender a indenização em massa para a indenização individualizada na tentativa de dividir os agricultores que começavam se organizar através das comunidades religiosas, única organização efetiva com a qual contam as bases naquela região. Organizaram assembléias reunindo mais de 2.000 agricultores que contestavam a justiça do preço oferecido. E quando aqui falávamos da angústia deste povo fomos taxados de demagogos pelos que tinham a incumbência de defender ITAIPU traindo os agricultores que os elegeram.

Até que estourou o movimento "Justiça e Terra" em julho do corrente ano, tomando de surpresa não só a ITAIPU como também a própria FETAEP, os políticos e os Bispos. O movimento que iniciou dia 14 de julho conseguiu mobilizar até o dia 25 aproximadamente 8/9.000 agricultores reunidos frente aos escritórios da BINACIONAL em Santa Helena, apavorando os prefeitos (caciques nomeados) que foram mobilizados a desencorajar os manifestantes, a própria Secretaria da Agricultura mandou o Senhor Stefanelo, que fazia incursões junto aos acampados tentando convencê-los a abandonar o movimento e as vezes enfrentava-se com agricultores que diante a firmeza de propósito de ir até as últimas consequências não se deixavam mover. A opinião pública nacional se sensibilizou através da notícia e de todos os recantos do Brasil, de diferentes entidades, vinham chegando os telegramas e moções de solidariedade e apoio. ITAIPU convocou as pressas uma reunião de diretores para se posicionar diante do problema. Embora insista em afirmar que o reajuste proposto já havia sido definido antes do movimento, e assim desconsiderando, a mobilização social dos agricultores, não poderá esconder a contradição de seus próprios atos. Inicialmente negou-se, através do Dir. Jurídico a negociar com os agricultores e com a Igreja, alegando que só dialogaria com os sindicatos e Fetaep, para depois querer dialogar somente com os agricultores sem a presença da CPT e Fetaep finalmente só aceitar a intermediação do Bispo de Foz do Iguaçu junto aos agricultores. E realmente somente o Bispo de Foz do Iguaçu tinha forças para fazer os agricultores aceitarem provisoriamente o reajuste oferecido e abandonar a idéia de marchar até o canteiro de obras de Foz do Iguaçu cujas consequências seriam imprevisíveis, uma vez que todo o aparato da Polícia Militar estava mobilizado. O destacamento policial presente na Assembléia permanente não intimidou os agricultores que muito pelo contrário, tentavam incorporá-los no movimento, através do contágio nas rodas de chimarrão.

Observe-se que a Igreja, tão difamada por certos setores do governo, foi neste episódio a moderadora de um movimento que poderia trazer consequências maiores, ela ainda po-

de exercer sua tradicional função de manter o estado sem a violência da polícia, acomodando consciências. Mas não se iluda a Itaipu, nem o Governo, de que tenham resolvido o problema. Inclusive fazendo constar nos contratos cujas propostas já tinham sido formuladas sem o atual reajuste datas anteriores ao movimento, como que querendo dizer que o movimento teria sido inútil e sem conseqüências. Pois isto poderá ser interpretado como um desafio para a próxima assembléia programada para o dia 23 de agosto, onde se discutirá as reivindicações ainda pendentes, bem como se fará uma avaliação do comportamento da ITAIPU diante das promessas feitas, no sentido de testar a confiabilidade na que tantas vezes demonstrou imoralidade no tratamento dispensado aos indenizados.

E para finalizar, gostaria de deixar registrado neste pronunciamento minha preocupação diante das manobras do governo em desmobilizar movimentos como estes, sem atender com honestidade as suas reivindicações mais justas e elementares.

Não se esqueçam que o País atravessa uma etapa de transição difícil em que qualquer desconsideração para com movimentos como este, pode desencadear forças imprevisíveis e de conseqüências catastróficas para quem governa de olhos e ouvidos fechados diante do clamor do povo.

Um governo que embora tendo maioria no Congresso e na maioria dos órgãos legislativos (porque Poder Legislativo já não existe a muito tempo) que precisa lançar mão do esvaziamento de Plenário para impor sua vontade, demonstra claramente que já perdeu a credibilidade no voto de seus sequazes. Um governo que está em crise de confiança e legitimidade popular e agora também parlamentar não deveria aprofundar ainda mais o seu descrédito junto ao povo.

Os que desconsideram lutas ordeiras e pacíficas como a dos agricultores do movimento Justiça e Terra, e procuram inviabilizá-las são autênticos agitadores e terroristas que provocam e desafiam o povo à violência.

Assim como Deus emporcalhou sua consciência com o sangue dos primogênitos, assim como Somoza está sendo julgado pela história deste sofrido povo latino americano, assim também os que no Brasil insistem na violência institucional do descaso e ao desespero de seu povo, poderão ser responsabilizados e julgados pela geração futura como responsáveis pela eminente convulsão social.

Não pense, IBDF, ITAIPU, INCRA e Exército de que os colonos retirados a força do Parque onde residem à mais de 30 anos, com Escritura de Terra Registrada em Cartório e que foram colocados no Pic Ocoi II numa área onde já se sabia da futura inundação, que estão dispostos a marchar calados para o matadouro das favelas. Antes do juízo pode ainda caber o arrependimento e esta é a hora última para o arrependimento de um IBDF - INCRA - EXÉRCITO e ITAIPU e acertar junto com aqueles agricultores a imoralidade praticada.

Esta é também a hora última do arrependimento para o governo acertar o passo junto ao clamor do povo.

De nada adianta acenar com o terrorismo dos grupos para-militares, que de bomba em bomba, vão se traduzindo em sinais dos tempos, são como trombetas apocalípticas anunciando o seu próprio fim."

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência, com muita felicidade aborda o problema peculiar à nossa região, fator de grande preocupação em todos os momentos, colocado com muita sabedoria por Vossa Excelência nesta Casa, com muita responsabilidade, diga-se de passagem.

Num Brasil em que prima pela irresponsabilidade, pelo desvio de funções e pelo destrato dos verdadeiros objetivos

nacionais, a história fará, naturalmente justiça à sua posição desde antes de Vossa Excelência vir para esta Casa.

Ocorre que este caso que envolve todo o Oeste do Paraná, especialmente os agricultores que foram expurgados, expoliados, expropriados não, expoliados da gleba do chamado Parque Nacional, que até hoje não foi medido, nem o IBDF sabe onde é a divisa do Parque Nacional. Este mesmo IBDF que facilita a caça indiscriminada nas fronteiras com o Município de Cascavel, permitindo inclusive que gente ligada ao poder receba pacas para serem assadas, é um organismo que realmente não pode ser levado muito a sério. Pode ser que nesta gestão tenha algum laivo de seriedade. Mas nós ficamos com dúvida, porque dentro de poucos dias, nós iremos adentrar lá para fazer a demonstração de que aquilo lá é uma festa de caçadores.

Mas o caso de agricultores, nobre Deputado, especialmente dos agricultores, nós fomos agredidos quase fisicamente, em 1975, por um Coronel truculento que governava o Parque Nacional, Coronel Bello. E esta Casa foi testemunha das denúncias que nós aqui fizemos. E não houve atitude alguma da parte da Presidência, ou da Executiva desta Casa, na ocasião. Nenhuma. E os colonos aglomerados para falar com o Sr. Allyson Paulinelli, na Foz do Iguaçu, praticamente foram expulsos do saguão do Aeroporto de Foz do Iguaçu. E nós enfrentamos naquela ocasião, a chefia do INCRA e a própria Polícia armada que estava lá. Rompemos uma porta e fomos falar com o Ministro; 300 agricultores, Deputados, na porta, a vista de todos os olhos internacionais, do turismo que ali se plantava. Entregamos um memorial, de saudosa memória e os colonos foram expoliados porque o que receberam não deu sequer para fazer a mudança de muitas famílias. E nós dizíamos naquela ocasião que o deslocamento para a gleba de Ocoí, seria novamente erradicadas essas famílias, com a inundação do Lago de Itaipu. Contestava-se naquela ocasião, aqui mesmo neste Parlamento, homens ligados à Arena, na época, contestaram com veemência, inclusive sofreu pessoalmente ameaças de processo, por estar fazendo "denúncias caluniosas".

E aí esta o espelho, a realidade e nós estivemos convivendo 16 dias com os agricultores daquela região.

E o desespero, a falta de amparo das leis, das autoridades e o acinte com que a BINACIONAL ITAIPU tratava do diálogo frio, calculista e insensato, para com os agricultores.

Não fosse a presença de Parlamentares ali, inclusive entrando sem animosidade alguma no ambiente, com o espírito livre, tranqüilo, leve, desarmado, para buscar uma conciliação.

Mas a intriga que se fazia entre setores, inclusive setores da Igreja, da Bi-Nacional para indispor os agricultores com os Parlamentares não era velado, era público. Mas, felizmente triunfou a sabedoria popular, e os agricultores, não de todo, mas grande parcela das reivindicações foram feitas.

E para que serve essa usina Deputado?

Eu já estou tomando o espaço de Vossa Excelência todo — mas de que serve essa usina? Aprioristicamente a usina por quê é que esta sendo feita? Para gerar energia, para os reatores atômicos consumirem grande potencialidade da energia elétrica, segundo bem disse José Lutzemberg num canal de televisão em Cascavel.

Aí estão Deputado os grandes objetivos nacionais, fazer com que o capitalismo sirva-se do homem com instrumento de lucro, nada mais que isso.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e o incorporo ao meu pronunciamento, porque é mais uma voz que vem testemunhar a terrível, desagradável, para não dizer a desesperadora situação em que se en-

contram aqueles agricultores, e que estiveram juntos na assembléia do movimento "Justiça e Terra", e que voltarão no dia 23 de agosto, quando haverá uma nova assembléia, para saber qual a solução que irão dar.

Porque a imoralidade do ato praticado é exatamente esta: organismos criados que vieram depois de eles já estarem no Parque, de haver um cartório que registrou e auferiu a eles o direito de propriedade de sua terra, ali, e depois é que vem, no acerto de dois organismos, bem posterior, tirá-los dali e levá-los para um novo matadouro. E agora deixando-os abandonados, num caminho lento e inexorável à mortes nas favelas. O nobre Deputado Nilton Friedrich tem um aparte.

O Sr. Nilton Friedrich — Deputado Gernote Kirinus, realmente é um prazer este seu verdadeiro depoimento, hoje, no Grande Expediente, trazendo mais um capítulo nesse trabalho quase estafante "da pedra que canta", que é Itaipu, mas que desencanta os agricultores.

Aliás, já não sei mais se ela é uma pedra que canta. Procurando etimologicamente, acabei descobrindo que ela não canta, ela arrebenta, e ela, na verdade, explode, explode a esperança, a justiça e o direito de quase 10 mil famílias, num total de 100 mil hectares.

Mas, Deputado Gernote Kirinus, gostaria apenas de incorporar, aqui, a minha rápida posição de quem esteve, dos 16 dias, 15 acompanhando minuto a minuto o movimento "Justiça e Terra".

Lá estando nos momentos até folclóricos, alegres, nos momentos do chimarrão, do almoço, do churrasco, dos debates da noite, das conversas que se faziam ao redor das fogueiras. Também estivemos durante todos os instantes de grandes tensões.

E nós que pudemos avaliar bem, porque convivemos aqueles instantes todos, chegamos à triste conclusão de que neste País, o brasileiro que procura a justiça não mais encontra. A justiça que deveria vir ao seu encontro, porque ela é um direito inalienável universal, natural, e até constitucional, porque não dizer, este direito de ter justiça, dos seus direitos serem atendidos, neste País, nos momentos que vivemos, o povo brasileiro para obtê-los tem que brigar, tem que lutar, tem que se organizar.

Que triste País em que para se ter Justiça, tem-se que brigar por ela!

E ficou provado que a ausência da autoridade maior do Estado, do País, a ausência, na verdade, daqueles que deveriam responder por aquelas reivindicações, era uma ausência até compreensível, porque aquelas autoridades não poderiam comparecer em Santa Helena porque não podiam enfrentar, frente à frente, a Justiça e o Direto, porque eram coniventes ou estavam partícipes das injustiças, dos atropelos a tais direitos.

O movimento chamado "Justiça e Terra" tem uma valorização extraordinária, uma profundidade ainda não bem avaliada.

E principalmente porque, nas reivindicações imediatas dos agricultores eles se baseavam no princípio de que queremos o que é nosso, mas queremos tudo o que é nosso.

Itaipu teve a grande prova da resistência daquela gente humilde. Eles responderam, os agricultores, por todos aqueles que os nossos depoimentos e pronunciamentos, durante esses anos, aqui nesta Casa, aqueles agricultores responderam à prepotência daqueles setores que queriam convencer a opinião pública nacional de que Itaipu pagara preços justos, aqueles agricultores testemunharam e responderam a todos que procuraram minimizar, cada vez que levantávamos as vozes, em que padres, pastores, alguns sindicatos, e que muitos agricultores reclamavam, com o clamor da injustiça, que se fizesse, na verdade, pagamento justo a eles.

Por quê eles responderam?

Porque durante o Movimento a Itaipu bi-nacional, na sua prepotência tecnocrática, mais uma vez deu prova, levando 140 cheques para pagar em casa de agricultores, visando com isso a chantagem emocional do dinheiro que vinha trazer no próprio terreiro do morador, o que aconteceu? A resistência daquela gente que, desiludida e cansada fez com que somente dois agricultores recebessem seus cheques!

A recusa foi absolutamente coletiva. A prova do conteúdo do Movimento, da seriedade, e acima de tudo, da força unida que lá estava, e por isso Itaipu retrocedeu.

Por isso, o General Costa Cavalcanti, que teve homenagem nesta Casa, seguidas e inúmeras vezes, teve que baixar seu topete, e dialogar com agricultores. E bem ou mal, teve que ceder dentro da sua presença um tanto quanto arrogante, aos interesses maiores daqueles que souberam que na sua união estava a força.

Por isso, o sucesso de mais de 70 por cento das reivindicações levantadas. E teremos como avaliação maior na próxima assembléia, no dia 23, e na qual estaremos, novamente, com Tolentino, com Kirinus, e com outros que assim o desejarem, para ver de perto o que é quando um povo desperta, porque aguentou demais as chicotadas da injustiça, e por isso "Justiça e Terra" permanece ainda. Queremos o que é nosso, mas tudo o que é nosso.

O Oeste está aí para o Brasil acompanhar, ver e analisar do que é possível um povo livre, mas por si, buscando a libertação maior, organizada, justa e pacífica. Obrigado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida, nobre Deputado.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Nilton Friedrich, é mais uma voz que vem afirmar, vem testemunhar aquilo que já vínhamos dizendo há muito tempo.

Realmente, parece que a menina dos olhos deste governo é Itaipu, lacrimejou diante de 8 a 9 mil agricultores que, reunidos, intransigentes e dispostos a ir às últimas consequências para receberem aquilo para o que estavam sendo iludidos durante muito tempo. Inclusive, pese a pressão feita através de órgão de certa imprensa que divulgavam constantemente, que agricultores estavam abandonando acampamento porque já tinham acertado com Itaipu e que já estavam cansados de esperar e já estavam retornando a suas casas. E com isso enchia cada vez mais o acampamento de agricultores. Porque, muitos agricultores entendiam: se aqueles cansavam, nós temos de ir substituí-los; e assim, prestaram mais um serviço ao Movimento Justiça e Terra!

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**

Deputado Gernote Kirinus, na realidade, nós estamos acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, atentamente, porque, Vossa Excelência, nesta tarde, faz um relato dos acontecimentos ocorridos em Santa Helena, na Assembléia Geral dos Agricultores, agricultores que reclamavam seus direitos e que, até aquela presente data, não tinha havido uma compreensão de ambas as partes, Itaipu, e a própria população.

Mas, diante das reivindicações justas que foram feitas, a que Vossa Excelência, os Deputados Fidelelino Tolentino e Nilton Friedrich acompanharam de perto assim como outros Parlamentares, para cujas reivindicações tiveram a liberdade de falar em palanque aberto, público, liberdade concedida a quem desejasse fazer suas reclamações e foram ouvidos, estava, lá, o Diretor Jurídico da Itaipu, que, não tinha autoridade para decidir pela Binacional quanto às sugestões e às reivindicações dos próprios agricultores; deslocadas, estavam lá algumas áreas do Governo Federal e até mesmo do Governo do Estado, para acompanhar de perto e verem da neces-

sidade das reclamações, e, num encontro que houve na cidade de Foz do Iguaçu com a presença do General Costa Cavalcanti, do Bispo de Foz do Iguaçu, do representante da Secretaria da Agricultura e, na maior parte com a presença dos próprios agricultores, ficou decidido que, a Itaipu Binacional pagaria o preço justo de mercado, e, graças a Deus, estou ouvindo de Vossas Excelências, hoje, no que toca às reclamações dos agricultores junto aos Parlamentares representantes daquela população sofrida, de que, não fizeram ataques injustos.

Nós temos que aceitar o que Vossas Excelências, nesta tarde, falam.

Haverá uma próxima assembléia, para se analisar o procedimento da Itaipu Binacional, após a assinatura do acordo, através de uma Ata cuja cópia tenho em mãos, entre as figuras que eu já citei, então, não podemos nos adiantar quanto a se Itaipu não vai cumprir com essas reivindicações, porque, não houve, ainda, um reclamo, após essa assinatura do acordo.

Nós acreditamos que Itaipu irá cumprir, porque ela assinou um documento, juntamente com os agricultores, e esse documento está distribuído em toda a Nação brasileira, especialmente entre os órgãos de imprensa.

Deputado Gernote Kirinus, nós queremos, para finalizar, dizer a Vossa Excelência de que, nós damos a nossa mão unindo-nos a Vossa Excelência e aos demais Parlamentares, na esperança de que, na próxima assembléia teremos uma análise fria e perfeita dos acontecimentos após a primeira assembléia efetuada.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Apenas de 30 segundos, Deputado, se não for ofensa!

Apenas para registrar no pronunciamento de Vossa Excelência que foi muito oportuno, justo e feliz, o seguinte fato: de que o Paraná nunca esteve tão mal representado pelo IBDF, através do IBDF, como está atualmente, porque, se o IBDF tem, ao longo destes anos deixado de tratar os colonos daquela região com a atenção que eles merecem, imagino que daqui para frente, o IBDF irá tratá-los muito pior, porque o atual dirigente do IBDF do Paraná é uma das piores figuras públicas que o Paraná já teve, chama-se, General Alcindo Pereira Gonçalves.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, para encerrar, inclusive agradecendo, saio contente desta tribuna porque, depois do 4º pronunciamento sobre Itaipu — A Pedra que Canta — eu consegui sensibilizar, também, setores do PDS, e gostaria de dizer também, para concluir que, se há desconfiança quanto ao cumprimento, por parte da Itaipu, ainda com o papel assinado, é devido terem os agricultores, já muitas vezes, sido iludidos com cartazes como estes: **FIQUE TRANQUÍLO, O REPRESAMENTO DAS ÁGUAS SÓ VEM EM 82. NÃO ACEITE INTERMEDIÁRIOS!**

Inclusive, usando a figura do Zeca Diabo. Eu pergunto se não está encarnando, também, o papel do Zeca Diabo.

Encerrando, eu dizia que esta é também a hora última, do arrependimento que parece que já está havendo, para o Governo acertar o passo junto ao clamor do povo.

De nada adianta acenar com terrorismos, de grupos para-militares, que de bomba em bomba, de incêndio em incêndio, de atentado em atentado, vão traduzindo em verdadeiros sinais dos tempos, são como trombetas apocalípticas, anunciando o seu próprio fim.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Presidência consulta a Liderança do PMDB se fará uso da palavra. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Nobres Srs. Deputados.

Terça-feira, às oito horas da noite, na Sede do Diretório Regional do PMDB, foi realizada uma reunião, por iniciativa do nosso partido mas, com convites abertos e estendidos a todos os partidos de oposição e também a Parlamentares da Situação.

Naquela reunião, estiveram presentes, representantes da imprensa alternativa com sucursais no Paraná, presentes representantes das distribuidoras de publicações e periódicos do Paraná, e especialmente de Curitiba e, a presença de 11 Parlamentares.

Foi discutido longamente o problema por que passa o País, com um novo tipo de censura, que se pretende implantar em substituição àquela censura de Estado, preconizada e amparada pelo Ato Institucional n.º 5 e por outros instrumentais de exceção.

Quando se estava sob o regime da censura de Estado, por mais draconiana, por mais excepcional, por mais absurda, por mais arbitrária e por mais violenta que fosse a legislação, a sociedade civil tinha entretanto, Sr. Presidente, uma forma de se arregimentar e lutar contra esta exceção, contra a censura e tentar nela, abrir uma brecha.

Abolido o AI-5, proposto um pretensio projeto de abertura, radicais da extrema direita, que a história mostra vinculados a uma ideologia condenada, repudiada e derrotada, nas umas livres e democráticas de todos os países, na movimentação de todos os organismos populares, esses extremistas de extrema direita não entenderam entretanto que nós estamos na última volta dos ponteiros do século 20, caminhando para o século XXI. E, pretendem repetir no Brasil, o que eles fizeram no início da década de 30 na Europa, tentando pela intimidação, tentando pelo terror, implantar um tipo de censura que eles acham para os seus desígnios, concentracionistas, elitistas, privilegiantes e acima de tudo, extremamente preconceituosos contra raça, contra religião, contra minorias e acima de tudo, contra a classe trabalhadora que se organiza e procura sua libertação.

Dentro daquela reunião, Sr. Presidente, 3 propostas concretas foram discutidas e foram aprovadas:

A primeira delas, apresentar-se uma queixa junto à Secretaria de Segurança Pública, queixa esta coletiva de todos os profissionais do setor de comercialização de periódicos e publicações.

E o primeiro resultado, Srs. Deputados, já se fez sentir.

Numa forma de intimidar a sociedade civil, ontem censurando por bombas a imprensa alternativa; hoje, tentando censurar outros tipos de publicação; amanhã, quem sabe tentando censurar as nossas manifestações religiosas, as programações de cinema, as programações de televisão, as peças teatrais que possam ser levadas, numa forma perigosíssima de se atentar contra a cultura nacional que efetivamente está em perigo.

É preciso que saibamos reagir numa corrente de resistência, para que não se deixe a sociedade civil intimidar por esta meia dúzia de irracionais, que não tendo mais à sua disposição o aparelho repressivo para, com denúncias anônimas, para com episódios fabricados e pré-fabricados torturar, matar, provocar processos artificiais e duvidosos e, conseqüentemente afastar o nosso povo da participação e discussão das grandes questões nacionais.

É preciso que hoje a sociedade civil também se organize e forme uma corrente de resistência, porque não é efetivamente o que pode conter um jornal alternativo que muitas vezes poderia vender dois ou tres mil exemplares por banca de revista. Parece-me que, acima de tudo está em jogo o respeito aos valores culturais do povo brasileiro, povo este que tendo assistido internamente uma das maiores migrações que

a história já ofereceu dentro de um mesmo território, já teve por esta razão comprometida a sua própria identidade cultural, não pode aceitar também que a sua cultura seja comprometida por este tipo hediondo, grotesco, de censura que aí se quer implantar.

E ainda ontem a maior distribuidora de publicações da região Sul do País, a J. Guignone e Cia. Ltda., sofreu mais uma ameaça deste grupo de irracionais. E é preciso que não se fique neste jogo de empurra. É preciso que não haja sempre esta transferência de responsabilidades.

O Ministro Ibrahim Abi-Ackel que tem à sua disposição a Polícia Federal, que tem à sua disposição os boicotes espalhados por todo o Brasil, que tem à sua disposição um aparelho repressivo capaz, inclusive de exportar tecnologia de repressão para todo o Cone Sul, que não fique a afirmar que não vai fazer qualquer tipo de atitude nos Estados para não ferir, pasmem, Sr. Presidente e pasmem Srs. Deputados, para não ferir o princípio da Federação Brasileira. Como se ainda houvesse neste País autonomia entre os Estados do Brasil, como se houvesse neste País autonomia para os municípios no mesmo instante em que esta Casa está apreciando um projeto de lei do nobre Deputado Antônio Facci tentando minorar a situação de falência dos municípios, dotando antecipadamente as Câmaras Municipais da sua parte do ICM.

Ora, o Brasil sabe que nós vivemos num regime unitário, unitarista, concentrador e que os Estados não têm mais autonomia. E, portanto, a sociedade civil não aceita o pretexto colocado a público pelo Ministro Ibrahim Abi-Ackel que pode falar bonito, que pode ter eloquência, mas não convence os democratas deste País, dizendo que não interfere porque não quer ferir o princípio da autonomia dos Estados e quer respeitar o espírito federacionista do Brasil.

Já por sua vez, os agentes das Forças Armadas do País, colocados à frente de cada Secretaria de Segurança Pública dos diversos Estados do Brasil, como por exemplo, o agente aqui no Paraná diz que não pode fazer nada porque nenhuma queixa foi registrada.

Ora, Srs. Deputados, uma banca foi explodida em Londrina, e não há queixa. Bombas são colocadas em distribuidoras e nenhuma queixa foi feita. Cartas são distribuídas de banca em banca e nenhuma queixa foi registrada. Uma perua rural, verde e branca, passou pelo setor Oeste da cidade de Curitiba, distribuindo de banca em banca as cartas intimidatórias e esta Polícia que é capaz de ver tudo, não vê o jogo do bicho, não vê o lenocínio, não vê contrabando de café e também não vê porque o direito do povo à livre informação esteja sendo violentado.

Para que isto não aconteça, estará sendo apresentada nesta semana uma queixa coletiva, para que a autoridade constituída fale ao menos que não pode achar os terroristas, porque se achá-los, quem sabe haverá desfalques funcionais em alguns setores da administração pública.

A segunda proposta aprovada foi as bancadas de Oposição fazerem uma convocação do Sr. Secretário de Segurança Pública. Como somos minoria, propor ao Plenário deste Legislativo a convocação de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Segurança Pública, para prestar os esclarecimentos que a opinião pública do Paraná cobra.

Terceira proposta: é preciso que nos unamos. É preciso que a Sociedade Civil reaja. É preciso fortalecimento da vida sindical e, para isto, os profissionais do setor vão se reunir e formar uma Associação Profissional que defenda os seus interesses e que evolua depois para a formação do sindicato do setor.

Mas Srs. Deputados, Sr. Presidente, prosseguirei. Antes disto, terei o prazer do aparte do nobre Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, só para registrar quão deslavada e esfarrapada é a preocupação de tal Ministro, e que é o mesmo que inspirou uma Lei de Estrangeiros

que permite inclusive transpor-se as fronteiras, seqüestrar brasileiros, compatriotas que não estão de acordo com o Regime, e mesmo que ter em sua mão o aparato para identificar, cassar, prender, torturar qualquer um que se oponha ao Regime, e que seja enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Lei de Segurança Nacional é uma desculpa tão esfarrapada, Lei de Estrangeiros é uma desculpa tão esfarrapada, não cabe julgar. Só para observar isto.

O SR. RENATO BERNARDI — ... Eu responderei o aparte de

Vossa Excelência ao lado de manifestar a minha gratidão, contando-lhe nobre Deputado Kirinus, um encontro tido entre o então Ministro Severo Gomes e o então Governador Paulo Egídio Martins. Havia estourado uma bomba nos escritórios do CEBRAPE em São Paulo e o Ministro Severo Gomes cobrou ao Governador Egídio Martins, que isto não poderia acontecer. E o Governador Paulo Egídio respondeu: — isto não mais acontecerá. Colocação de Severo Gomes: — Mas como você pode me garantir isso? Ele disse: — Eu já falei com o Erasmo e o Erasmo telefonou para eles, avisando que não façam mais, que na próxima ele prenderá.

São os mesmos ontem; são os mesmos hoje, serão os mesmos amanhã. Hitler morreu ingerindo uma dose de veneno, mas as suas idéias perduram e o Cone Sul da América Latina é um exemplo claro e característico do que aí está. E envergonhado, Sr. Presidente, estaremos recebendo, terça-feira, dia 19, um representante desta ideologia, que vem unir laços de que não sei com quê. Representando a ditadura sanguinária, violenta e assassina que infelicitou o povo argentino. Vem conspurcar também as terras generosas do Brasil, no dia 19 deste mês. E contra isto, as oposições e acredito que as forças democráticas que existem dentro do PDS também não podem aceitar. Ver um banho de sangue na América Latina. Sangue na Bolívia, sangue no Chile, sangue no Paraguai; sangue no Uruguai; sangue na Argentina. E não se pode fazer um congressamento, Sr. Presidente, pagando e batizando as tradições libertárias da América Latina, com o sangue da democracia, com o sangue daqueles que representam a reação contra a escravidão, contra a espoliação e contra a exploração.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Esta Presidência consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário reservado. — (Declino).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PTB. — (Declino.).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Escutamos atentamente, Srs.

Deputados, Sr. Presidente, a argumentação do ilustre companheiro Renato Bernardi. Só que não podemos concordar quando ele nos diz que a ditadura da América Latina está imperando no Brasil. E a pergunta que nós fazemos ao ilustre Parlamentar, é o que está acontecendo no Afeganistão? O que está acontecendo em Cuba? Que a filosofia que muitos defendem? Quando se julga um Secretário de Segurança, sem provas, então seremos piores do que os terroristas que estão aí a incendiar bancas de jornais. Porque julgamos sem provas. Como pode um Secretário de Segurança Pública, Srs. Deputados, e julgar sem provas? Seria um despotismo; seria incorrer no erro da ditadura do proletariado; da ditadura que estão a afligir o modesto povo cubano. Seria incorrer no erro da ditadura que está oprimindo o povo do Afeganistão, com seus tanques moscovitas. Então, seria o momento de trazermos à luz do dia e à luz do plenário e à luz dessa honrada tribuna, o nome aos bois. Sem julgarmos o ilustre Secretário de Segurança Pública, que tem procurado gerir os negócios da Segurança do Paraná, pautando dentro do esquema da honestidade e da justiça. O que não podemos é escutar balelas demagógicas, tiradas de homens que querem tirar vantagens da desgraça do povo brasileiro. E é

neste instante que nos revoltamos. Pediríamos aos ilustres componentes da Bancada da Oposição, com o devido respeito, que trouxessem ao Sr. Secretário, com a devida cooperação e a obrigação que temos como Parlamentares, dando nomes aos bois.

Quem me diria que a perua que percorreu fazendo ameaças aos jornais, pertencem ao esquema da ditadura da direita ou da ditadura dos tacões russos que também estão a pairar na América Latina.

Quem pode provar...

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, é de se lamentar...

O Sr. José Tavares — Permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Deixe eu complementar. É de se lamentar que a Oposição, ao invés de levar subsídios ao Secretário de Segurança e aos seus órgãos, que estão voltados exclusivamente ao bem-estar da nossa Pátria, fique como masoquistas, a fazer balelas, a fazer discursos de demagogia, a fazer discursos fazendo conflito entre a família paranaense, procurando, dentro da técnica moscovita, fazer com que o Paraná, Sr. Presidente, com que o povo ordeiro de nossa terra...

Como podemos saber se os homens que estão incendiando as bancas pertencem à esquerda ou à direita ou pertencem à ditadura proletariada de Moscou que está no Afeganistão, com seus tanques, pisando naquele povo. Porque é que não vêm os homens da Oposição dizer isto aqui na América Latina? Porque a eles não interessa. A eles interessa o voto, a eles interessa deturpar os fatos. Vamos unidos, com patriotismo, sem conflito, e sem pedido de derramamento de sangue na nossa Pátria, dar condições ao Secretário de Segurança, para que ele saiba quem são os verdadeiros terroristas.

Como se pode debitar ao Governo uma injustiça destas. É uma injustiça que um cristão, por princípio, não pode fazer.

Mesmo que isto custe a minha reeleição ou a reeleição dos nobres Pares que fazem oposição a Itaipu, que fazem oposição ao Governo que está procurando acertar.

Como podem debitar ao Sr. Secretário de Segurança, como podem debitar na América Latina a ditadura...

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — ... lembrem-se Senhores Deputados da Oposição, o que está acontecendo no Afeganistão...

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — ... lembrem-se dos refugiados de Cuba e Vossas Excelências não vêm à tribuna denunciar. Por quê? Por que não falam da ditadura Russa? Por que não falam da ditadura cubana? Porque só falam de uma ditadura que lhes convém.

O Sr. Nilton Friedrich — Permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Não vou permitir. Por que Vossas Excelências não vêm falar sobre a verdade? Por que mentir ao povo? Por que não trazer os nomes?

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está com a palavra o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. José Tavares — Deputado Gabriel Manoel, vamos dialogar.

O SR. GABRIEL MANOEL — Como podemos saber, Sr. Presidente, como podemos saber imprensa do meu Paraná, se a perua não é contratada pela Oposição, apenas para fazer demagogia e para captar votos? Onde está o patriotismo desta gente, que não traz os nomes dos terroristas?

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Onde está o patriotismo desse povo que não vê a luz do dia?

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Um momento. Não vêm à luz do dia, dizer o nome, pelo menos se existe, o nome vinculado ao Governo. Como atacar o Senhor Secretário da Segurança?

O Sr. José Tavares — É função da polícia, nobre Deputado. O Sr. Fiori Luiz — Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. FIORI LUIZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, são dois pesos e duas medidas. Ontem, o Líder do PDS Erondy Silvério, com uma insistência irritante, solicitava aparte ao Deputado Nilso Sguarezi. E Vossa Excelência não levantou esse problema de que estaria na tribuna Nilso Sguarezi.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, não vejo reglamento algum ferido para que se possa dar a palavra pela Ordem. Mas, em consequência da admiração que tenho pelo ilustre companheiro, homem que também já defendeu a Polícia do Paraná, vou conceder aparte ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Agradeço, Deputado, mas apenas gostaria de dizer o seguinte: são esses atentados terroristas que vêm ocorrendo no País, são, evidentemente, figuras delituosas, constituem crimes. E a responsabilidade, no Brasil, de se esclarecer crimes é da Polícia. E crime insolúvel, para mim, é sinônimo de inoperância. Insolúvel, para mim, é sinônimo de omissão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência está fazendo discurso paralelo.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me permite concluir meu raciocínio?

(Tímpanos)

O SR. GABRIEL MANOEL — Pode concluir, nobre Deputado.

O Sr. José Tavares — Estava dizendo que crime insolúvel, para mim, é sinônimo de inoperância.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência foi Delegado em Londrina e não resolveu os crimes lá ocorridos.

O Sr. José Tavares — Crime insolúvel, para mim, é sinônimo de acobertamento. E quem tem a responsabilidade de esclarecer crimes e contravenções, neste País, são as autoridades policiais.

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. José Tavares — O Deputado, permita que conclua meu raciocínio.

E o Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, cansado de demonstrar que é omissão, que é inoperante, que é desinteressado, ele só esclarece crimes que lhe convêm esclarecer.

(Soam os tímpanos)

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência me assegurasse a palavra para responder ao Deputado Tavares.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me concedeu aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Concedi, mas dentro dos limites e dos parâmetros que permitem o momento.

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. José Tavares — Mas, ele me concedeu o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Mas, ele retirou o aparte. Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está reaberta a sessão.

Esta Presidência comunica ao Sr. Deputado José Tavares que está com a palavra o orador que se encontra na tribuna, que pediu que lhe assegurasse a palavra, após pedir que Vossa Excelência terminasse o aparte.

Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. José Tavares — Nobre Deputado Gabriel Manoel, gostaria de concluir meu raciocínio.

Já não chega o AI-5, que existia no País, Vossa Excelência me cassa o aparte?

Vamos dialogar.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deputado José Tavares, a Mesa pede a compreensão de Vossa Excelência,

está com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Quero só complementar para dialogar com o Deputado José Tavares que também foi Delegado de Polícia: diante de sua consciência, no íntimo, Vossa Excelência resolveu todos os crimes em sua região?

O Sr. José Tavares — Não resolvi todos, mas pelo menos aqueles em que fui chamado a resolver, resolvi.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência não pode dizer isso porque não tem bola de cristal.

O Sr. José Tavares — Não tenho bola de cristal mas nunca fui omisso.

(Soam os tímpanos).

O SR. GABRIEL MANOEL — ... Como podemos, Sr. Presidente, como pode o País, dialogar com gente desta mentalidade. Não podemos! Não nos asseguram a palavra quando eles estão, com o devido respeito, quando falam! Queremos que nos assegure a palavra, Sr. Presidente, e que desconte do horário cedido pela Liderança do meu Partido, para que possamos complementar o nosso raciocínio, para que possamos, como filhos de Deus, como homens voltados à nossa Pátria, como filho de imigrantes, mas que viemos aqui, para trazer a tranqüilidade para o nosso País. Não podemos, Sr. Presidente, nos calar, não podemos, Sr. Presidente, ver homens que não querem escutar, falam o que querem, não querem escutar o que não querem, então, seria assim, "dois pesos e duas medidas". É isto que está acontecendo, Sr. Presidente, na Rússia, é isto que está acontecendo em Cuba, é isto que está acontecendo, Sr. Presidente, no Afeganistão, é a bota, é o tacão da ditadura, no proletariado. E é por isto que nós pedimos a Deus, que olhe pelo nosso País, que olhe pelos homens cristãos, sob a égide desta Bandeira que é o auri-verde pendão da esperança; que nós nos unamos em torno de um só pensamento que é o pensamento cristão.

Sr. Presidente, eu queria complementar apenas, e pedir aos nobres componentes da Oposição, que tragam pelo menos um fato concreto, quanto à omissão do Sr. Secretário de Segurança, quem nos pode garantir, Sr. Presidente, qualquer coisa se não é a palavra do homem que está na tribuna, palavra que eles não querem dar? Assegurado pela Constituição, eu estou aqui na tribuna falando, Sr. Presidente, e peço a Vossa Excelência, que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está assegurada a palavra a Vossa Excelência. Vossa Excelência tem trinta segundos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, quem pode garantir que, esse ato de terrorismo pertença à ditadura da direita, ou da esquerda? Quem pode garantir se, não são os homens de Moscou que estão procurando fazer baderna em nossa Pátria? Quem pode garantir, Sr. Presidente, se, não teremos de repetir o ato de 64, para que a mulher brasileira saísse às ruas e pedisse a Deus, paz? Paz na Terra, aos homens de boa vontade, paz na Terra, aos brasileiros que querem ver a Pátria marchando para o lado da Santa Cruz? Quem pode nos garantir Sr. Presidente, que, essa ação terrorista pertença a Cuba, ou pertença aos homens da direita?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deputado, Vossa Excelência tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vou concluir, Sr. Presidente.

Então, Sr. Presidente, resta apenas, neste minuto, um momento de reflexão. Como dizia Jesus Cristo: "quem não tiver culpa, que atire a primeira pedra"!

Sr. Presidente, como sabermos se não é a ala esquerdista que está fazendo isto para conturbar a Nação? Mas haveremos, Sr. Presidente, de estar nesta tribuna, defendendo os princípios da democracia!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem). Sr. Presidente,

eu gostaria de requerer de Vossa Excelência, as notas taquigráficas desse pronunciamento, onde são contidas ofensas aos integrantes da Oposição, e creio mesmo que, esse, não deve ser o pensamento da democrática bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deferido.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) É de inteira responsabilidade minha, mas, eu queria que Vossa Excelência juntasse também, as ofensas que se fazem aos homens que estão dirigindo, democraticamente, o nosso Estado, e o nosso País!

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deferido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, não tínhamos a intenção de solicitar esta Questão de Ordem ou pedir a palavra Pela Ordem, mas, fomos chamados, convocados a isto, pelo nobre, ilustrado, culto e digno Líder do PMDB, que afirmou, não ser o pensamento da nossa bancada, as expressões usadas pelo nobre companheiro, este grande Deputado Gabriel Manoel de sua tribuna. Nós endossamos "in totum", o pensamento do eminente companheiro e Deputado, porque nós temos ouvidos calados nesta Casa, as maiores ofensas aos homens que dirigem esta Nação. Calados, porque reconhecemos o direito de qualquer cidadão, num País livre como este, extravasar o seu pensamento, as suas mágoas, os seus recalques, num País livre. Porque se for em Cuba, se fora na Rússia, eles estariam fuzilados, estariam encostados no paredão, esta é a nossa democracia, esta é a nossa democracia, Sr. Presidente, democracia que permite a todos, externar seus pontos de vista, seu pensamento, sua maneira de agir. Porque não, a nossa bancada acompanhar um pensamento de um Deputado, que embora humilde, é um grande defensor da coletividade paranaense, um companheiro que honra a nossa bancada, um companheiro que apenas foi defender de suspeitas que se procura lançar principalmente, ao digno Secretário de Segurança, como se quisesse inculpar ou culpar o Secretário de Segurança, por atentados de extrema direita ou quiçá, talvez até de extrema esquerda.

O Sr. Secretário de Segurança tem providenciado um policiamento preventivo às bancas de revistas; esses atentados que nós, que todos os homens de bom senso neste País, condenam e que não podia deixar de ser, o próprio Governo do Paraná, também condena Sr. Presidente, esses atentados, atentados à cultura, atentados à facções políticas.

Acho que este é um País, que desde que, revogado o AI-5, é um País que goza de liberdade, liberdade plena, em que todas as correntes de pensamento têm que ser representadas.

Por isso, Sr. Presidente, nós contestamos as afirmações do nobre Líder, a quem muito respeitamos e estimamos, do PMDB. As palavras do nobre Deputado Gabriel Manoel são endossadas "in totum", pela nossa bancada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados: O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Responderam a chamada nominal 27 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194/79, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que dispõe sobre transferência de área territorial de um para outro município dependendo de lei especial, após a comprovação dos requisitos e observância das formalidades estabelecidas nesta lei. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/78, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que fixa normas para o funcionário público estadual freqüentar Cursos de Pós-Graduação, a nível de Mestrado e ou Doutorado e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 23/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O funcionário público estadual portador de diploma de Curso Superior, poderá se inscrever em Curso de Pós-Graduação devidamente credenciado pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 2.º — Aceita a sua inscrição, ficará o funcionário à disposição do Curso de Pós-Graduação pelo período não superior a 02 (dois) anos de modo a completar os créditos do Curso a nível de mestrado.

Parágrafo único — Para confeccionar e defender a tese, terá direito a mais seis (06) meses.

Art. 3.º — Para a inscrição em Curso de Pós-Graduação a nível de Doutorado, o requerente deverá apresentar o título de Mestre.

Parágrafo único — Para confeccionar e defender a tese de Doutorado, o requerente poderá ficar no máximo um (01) ano à disposição do Curso de Pós-Graduação.

Art. 4.º — Para cursar o Pós-Graduação a nível de Mestrado e Doutorado, o funcionário será dispensado de suas funções com todos os vencimentos e vantagens.

Art. 5.º — O funcionário (ou servidor) favorecido pelo disposto nesta lei deverá, após a conclusão do curso, permanecer no serviço público estadual por prazo nunca inferior ao que esteve afastado.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Não se pode mais improvisar homens para as funções públicas;

Não se pode mais permitir funcionários ecléticos;

Não se pode mais ausentar da função pública a especialização.

Desta forma, e para corrigir distorções nas entidades de ensino, o Governo Federal por intermédio do Ministério da Educação e Cultura propôs o plano de Capacitação de Pós-Graduação.

Permite o Curso de Pós-Graduação, ao portador do Diploma de Curso Superior, após estudos específicos, receber um certificado de Mestrado ou Doutorado após cumprir os números de créditos expresso em conceitos por disciplinas e, defender uma tese.

O sistema de Pós-Graduação hoje se difunde em todos os países civilizados, sendo a conseqüência do volumoso progresso em todos os setores das ciências e das artes, o que veio tornar possível a especialização não massificada que ultrapassa o limite dos Cursos de Graduação.

Hoje, onde a ciência se apresenta diante de nós em longos

saltos, os cursos de graduação de um Curso Superior somente proporciona os conhecimentos básicos da profissão desejada. Se afastarmos esta figura que hoje se apresenta com Cursos de Pós-Graduação, redundaria em aumentar para muito a duração das graduações o que traria tanto para o indivíduo como para a Nação, as desvantagens que inicia no processo anti-econômico da educação até a presença de técnicos sem conhecimentos específicos.

A sobrecarga até então procurada nos cursos de graduação para tentar aumentar os conhecimentos do indivíduo deu ao profissional uma formação enciclopédica superficial, sem possibilidade da resolução dos grandes problemas profissionais devido se afigurar o técnico polivalente.

Como as ciências se apresentam perante nós, o desenvolvimento do saber num país medianamente pobre, os técnicos educacionais também tiveram que modificar seus estudos, aprofundando numa diversificação vertical com o escalonamento de níveis de estudos que inicia no ciclo básico, passa pelo profissionalizante e termina no Pós-Graduação.

Disto resulta que os Cursos de Pós-Graduação nas Universidades brasileiras, tornou-se a cúpula dos estudos de qualquer profissional de modo a proporcionar o treinamento avançado e a pesquisa.

O interesse prático imediato das Pós-Graduações para o Estado e a afirmação de melhores técnicos, melhor massa crítica profissional, maior cultura especializada, tudo, tudo isto, baseado numa gratuidade que as Universidades proporcionam.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 23/78

Segundo se depreende de sua ampla justificativa, o projeto se funda no PLANO DE CAPACITAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO, "proposto pelo Governo Federal por intermédio do Ministério da Educação e Cultura".

Preliminarmente, converte-se em diligência para o fim de ser junto ao presente processo legislativo cópia ou "fac-simile" do mencionado dispositivo legal.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1978.

aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MUGGIATI FILHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 23/78

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, tem por finalidade fixar normas para o funcionário público freqüentar cursos de pós-graduação a nível de Mestrado ou Doutorado, e dá outras providências.

Sobre a matéria houve pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável acompanhado de Substitutivo Geral.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão temos que o projeto está em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nestas condições nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1980.

aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 23/78

Art. 1.º — O funcionário público estadual, portador de diploma de curso superior, terá direito ao afastamento de suas funções, sem prejuízo de vencimentos e vantagens do cargo que ocupar, para freqüentar curso de pós-graduação, dentro ou fora

do País, depois de aceita a sua inscrição.

Parágrafo único — O interessado só terá direito aos benefícios previstos nesta lei para frequentar curso de pós-graduação no exterior, desde que, com parecer do Conselho Estadual de Educação, comprove a inexistência de curso congênere no Brasil.

Art. 2.º — A nível de mestrado, o funcionário inscrito em curso de pós-graduação poderá se afastar de suas funções pelo prazo de dois (02) anos, até completar os créditos necessários.

Parágrafo único — Mediante a apresentação de atestado firmado pelo orientador da tese a que se propõe elaborar, o interessado terá direito a, até, mais seis meses de prorrogação do prazo estipulado neste artigo.

Art. 3.º — A nível de doutorado, o funcionário inscrito em curso de pós-graduação, poderá se afastar de suas funções pelo prazo de três (03) anos, até completar os créditos necessários.

Parágrafo único — Mediante a apresentação de atestado firmado pelo orientador da tese a que se propõe elaborar, o interessado terá direito a, até, mais seis (06) meses de prorrogação do prazo estipulado neste artigo.

Art. 4.º — Ao retornar ao efetivo exercício de suas funções, o funcionário beneficiado pelo disposto nesta lei, deverá permanecer no serviço público estadual por prazo nunca inferior ao que esteve afastado.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1979.

a) AIRTON CORDEIRO — Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que dispõe sobre o recebimento de dotações consignadas em Orçamento do Município pelas Câmaras Municipais e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria e FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 80/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — As Câmaras Municipais receberão, mediante requerimento fundamentado, diretamente da Secretaria de Estado de Finanças a dotação que lhes for consignada pelo Orçamento do Município.

§ 1.º — A dotação de que trata este artigo será levada à conta da participação do respectivo município, na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

§ 2.º — Ao pedido de pagamento deverá ser anexado exemplar do Diário Oficial, no qual esteja publicada a Lei Orçamentária Municipal.

Art. 2.º — O requerimento deve ser protocolado, na Secretaria de Finanças, até o décimo (10.º) dia útil contado da data de início do exercício financeiro.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1980.

a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A Reforma Tributária de 1965 passou a consagrar uma distribuição imediata dos recursos arrecadados pelo Estado em pronto favorecimento de seus municípios.

Essa prestação na distribuição da receita, no entretanto, foi depois subvertida, para desespero e desesperança da maior parte dos municípios, que têm na participação da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) a sua fonte de recursos mais substancial. É necessário, pois, corrigir as distorções, e aperfeiçoar os mecanismos no campo da distribuição da receita municipal, tendo em vista a harmonia e independência

dos poderes.

Os recursos municipais provêm de tributos, rendas de bens e serviços, e outros recursos tais como rendas patrimoniais, multas, vendas, doações, auxílios, participação dos impostos estaduais e federais.

Os Municípios participam dos seguintes impostos:

a) 20% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (Estadual);

b) 100% do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural;

c) outros impostos da União (artigos 24, 25 e 26 da Constituição Federal).

No entanto a falta de recursos dos municípios chegou a ser crônica e institucional. Sabemos que o município participa muito pouco dos tributos gerais arrecadados. Podemos imaginar, então, o drama, as enormes dificuldades que têm as Câmaras Municipais para desempenharem dignamente as suas atribuições.

Por tudo isso é que tomamos a iniciativa do presente plano de lei, autorizando a Câmara Municipal ao recebimento das parcelas de créditos tributários referentes aos duodécimos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e outras rendas municipais, porquanto, se a Prefeitura organiza e dirige seu funcionalismo, a Câmara Municipal administra e organiza o seu, separadamente.

Sabendo-se que o Poder Legislativo Municipal, precisa, para pleno exercício de suas funções de fiscalização da administração pública, contar com total independência, é que apresentamos o presente plano de lei, visando destinar diretamente às Câmaras Municipais cotas do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), livrando-as dos grilhões do Poder Executivo, que conforme denúncias vindas dos mais diferentes municípios de nosso Estado, retardam a transferência dos recursos destinados ao Poder Legislativo, somente o fazendo, quando da tramitação de projetos de interesse do executivo. No que concerne às dificuldades financeiras dos municípios, haverão os homens públicos de nossa terra que encontrar fórmulas que venham melhor distribuir as receitas tributárias, porém, não podem os poderes legislativos municipais permanecerem sem condição alguma de funcionamento, por absoluta falta de cumprimento da legislação em vigor pelos Prefeitos Municipais, que não transferem os duodécimos, dentro das programações orçamentárias, impedindo assim o livre funcionamento do Poder Legislativo. Entendemos que a vinculação do duodécimo das Câmaras Municipais às cotas do ICM dos Municípios virá inegavelmente viabilizar o funcionamento harmônico entre os poderes Executivos e Legislativos Municipais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 80/79

VOTO EM SEPARADO

De autoria do nobre Deputado ANTÔNIO FACCI, o projeto de lei n.º 80/79, dispõe em linhas gerais que as Câmaras possam receber diretamente da Secretaria de Finanças do Estado a dotação que lhes for consignada no orçamento do município.

O ilustre relator, Deputado FIDELCINO TOLENTINO, apresentou parecer favorável, como resultante da concordância com os argumentos expostos na justificação do projeto, e, ainda, por não encontrar "em seu texto qualquer óbice legal".

Relativamente ao primeiro fundamento do parecer coloquei-me de pleno acordo. Discordei, porém, da afirmativa de que não há óbice legal para o livre prosseguimento da proposta, no curso do processo legislativo.

Daí haver requerido vista do projeto, nos termos da Lei Interna, para aprofundar a análise da sua constitucionalidade, que é o aspecto de exclusivo interesse desta Comissão Técnica.

Com efeito, segundo estabelece o Art. 15, II, da Carta Federal, a administração própria no que respeita ao peculiar interesse, é dos atributos essenciais da autonomia municipal.

Ora, em face de tal assento da Carta Magna, torna-se

absolutamente defeso ao Estado invadir a esfera de autonomia legislativa e administrativa do município.

Em consequência, dispor sobre o modo como serão entregues as dotações do orçamento municipal, ainda que a intenção retrate o mais nobre objetivo, configura inconstitucionalidade flagrante, pois este é domínio exclusivo da competência administrativa das unidades municipais.

A propósito, CELSO RIBEIRO BASTOS nega que "pelo fato de a Constituição Federal atribuir aos Estados federados a competência para organizar politicamente os municípios, ela esteja a considerar a organização destes últimos como parte integrante dos primeiros. Em outras palavras, diz ele, a nosso ver, a organização não faz parte da estadual". E insiste nesse autorizado especialista:—"É óbvio não poderem os Estados membros, a pretexto de dispor sobre o aspecto político da organização municipal, ferir a própria autonomia dos entes locais. Estes têm uma esfera de atuação que não lhes pode ser subtraída, calcada em torno da idéia do peculiar interesse municipal" (Elementos de Direito Constitucional, Saraiva, S. Paulo, 1976 - pg. 92).—

Em relação à soberania da lei municipal dentro dos limites da competência que a Constituição lhe assinala, o mesmo autor observa: "Não há falar-se em hierarquia entre as normas federais, estaduais e municipais. Cada uma dessas categorias normativas é soberana dentro de sua esfera própria de competências" (ob. cit., pg. 80).—

Pelo visto, uma lei estadual não pode invadir a seara própria do município, nem intervir com eficácia no âmbito reservado à lei local.

O orçamento é uma lei municipal, editada no exercício de atribuições exclusivas, conferidas pela Constituição Federal e, nesse âmbito, como se demonstrou através do entendimento que representa a unanimidade da opinião dos publicistas nacionais, a lei municipal é intocável.

Por outro lado, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no Art. 5º, inciso VI, letra b, da Carta Federal de 1.946 (mantido pela Carta Vigente) é bastante clara ao fixar quotas trimestrais para serem entregues às unidades contempladas na programação da despesa, donde a conclusão de que, em face do mencionado Diploma, as Câmaras Municipais devem receber as parcelas a que têm direito segundo o esquema de execução orçamentária.

Se este não for cumprido, então ao Legislativo compete adotar medidas políticas a fim de ser respeitada a lei, mas nunca mediante a intervenção de outra esfera governamental como se pretende neste projeto de lei.

Face ao exposto, o meu voto é pela rejeição do projeto.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 80/79

P A R E C E R

O Projeto de Lei Nº 80/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, no entendimento do Deputado que o relata pela Comissão de Finanças, é muito oportuno e regulador dos direitos do Poder Legislativo Municipal que em muitos casos se defrontam com situações constrangedoras, quando o Executivo não cumpre com o seu dever procedendo o repasse das dotações previstas em Orçamento para manutenção e funcionamento das Câmaras Municipais.

Ao Estado e ao Município não imporá barreira alguma e constrangimento, assegurando tão somente o que ao Poder Legislativo é devido, com a utilização dos recursos do I.C.M., tendo assim melhores condições para atuar com a força de Poder, independente e harmoniosamente.

Face ao exposto, oferece parecer favorável ao Projeto

de Lei nº 80/79, aconselhando ao colendo Plenário a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1.980.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO, Presidente;

DEL CIEL, Relator.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando retirada da Ordem do Dia, por vinte sessões, dos Projetos de Lei nºs 23/78 e 80/79.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência que desse novamente conhecimento ao Plenário, porque nós estamos retirando da Ordem do Dia.

(É procedida a leitura do requerimento de adiamento)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Ana Pires Teixeira, ocorrido em Ubitatã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela inauguração da Rádio Inconfidência, da Cidade de Umuarama.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, bem como ao Departamento da Polícia Civil, no sentido de que seja fornecido amplos recursos, em pessoal, veículos à polícia do Município de Umuarama.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Secretário da Agricultura e outras autoridades, encarecendo sejam solucionados os problemas de terras em litígio no Município de Assis Chateaubriand, na localidade de Brasiliana, cuja área foi desapropriada pelo INCRA.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Justiça, visando a instalação de uma Sub-sede da Junta Comercial do Paraná, anexo à Associação Comercial e Industrial de Maringá.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a instalação de um curso de 2º grau na Cidade de Renascença.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que interceda junto aos órgãos do Governo Federal, a fim de ser reexaminado o assunto e que se permita a conclusão das obras, especialmente da BR-277.— **Encerrada a discussão.**

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem, Sr. Presidente. Requerimento a Vossa Excelência que proceda verificação de "quorum" para efeito de prosseguimento ou não da sessão, porque vejo que o plenário está vazio e, pelo que sei, com a presença dos Deputados que estão aqui, não há condições de prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados para a constatação de "quorum".

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

19 Srs. Deputados presentes.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 346/80

mandar pagar a MARIA JUSTINA DE AZEVEDO SILVEIRA, viúva do ex-Deputado JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA, falecido em 15 de outubro de 1.977, nos termos das Leis nº 4763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1.963 e 6911, de 02 de setembro de 1.977, pensão mensal no valor equivalente a três (03) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, a partir da data do óbito.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de agosto de 1.980.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

(Protoc. nº 4883).

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 563/80

designar SÉRVULO BATISTA DA CRUZ, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Paulo Camargo, até 31 de dezembro de 1.980.

(Protoc. nº 7019).

PORTARIA Nº 564/80

transferir para 1º a 30 de dezembro de 1.980, as férias concedidas pela Portaria nº 087/80, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

JOSÉ DA TRINDADE

NELSON ANDRÉ DE ARAUJO

NOIR PACHECO

(Protoc. nº 6608).

PORTARIA Nº 565/80

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ODIR GOMES DA ROCHA, matrícula nº 318, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da Licença Especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 16 de janeiro de 1.975 e 16 de janeiro de 1.979, antecipado em razão da incorporação referente ao 3º quinquênio e das férias de 1.975, 1.976 e 1.977, contadas em dobro; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei nº 6.174, a partir de 14 de abril de 1.980, data que, em razão da incorporação acima, completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%).

(Protoc. nº 5415).

PORTARIA Nº 566/80

conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de PEDRO LIBERTI, matrícula nº 253, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 171, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a partir de 30 de julho de 1.980, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de agosto de 1.980.

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

DIRETOR GERAL

(Protoc. nº 6570).

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta, às dezessete e trinta horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Augusto Carneiro e presentes os Senhores Deputados: Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Aguinaldo Pereira Lima, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Deni Schwartz, Ruben Valduga e Werner Wanderer, bem como demais Senhores Deputados de acordo com a Resolução nº 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1).- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/80, da Comissão Executiva, proíbe o porte de arma, nos edifícios da Assembléia Legislativa. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral. Aprovado. 2).- PROJETO DE LEI Nº 16/80, do Deputado João Elísio. Denomina Arnaldo Faivro Busato, a Usina Hidrelétrica de Foz de Areia. Relator Deputado José Tavares. Parecer pelo ARQUIVAMENTO. Aprovado. 3).- PROJETO DE LEI Nº 28/80, do Deputado José Tadeu Lúcio Machado. Declara de utilidade pública o Asilo São Francisco de Assis, com sede e foro em Santo Antônio da Platina. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4).- PROJETO DE LEI Nº 34/80, do Deputado Fuad Nacli. Declara de utilidade pública o Patrimônio Recreativo, Esportivo e Social de Palmitópolis, com sede no Município de Nova Aurora. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5).- PROJETO DE LEI Nº 45/80, do Deputado Cyro Martins. Denomina Professor Aristeu Costa Pinto a Unidade Escolar do Conjunto Residencial Monteiro Lobato, no Município de Ponta Grossa. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria da Educação. Deferido. 6).- PROJETO DE LEI Nº 70/80, do Deputado Francisco Escorsin. Declara de utilidade pública o Centro Espírita Allan Kardec, de Ubatuba. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7).- PROJETO DE LEI Nº 71/80, do Deputado David Cheriegate. Cria no Município de Três Barras, o Distrito Administrativo de Santo Izidoro, como especifica. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor. Deferido. 8).- PROJETO DE LEI Nº 78/80, do Poder Executivo, Mensagem nº 37/80. Denomina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, a Usina Hidrelétrica de Foz do Areia. Relator Deputado Airton Cordeiro. Deferida vista ao Deputado Adalberto Daros. 9).- PROJETO DE LEI Nº 79/80, do Deputado Airton Cordeiro. Declara de utilidade pública a Escola Especializada Amor Perfeito, de São José dos

Pinhais. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 10).- PROPOSIÇÃO Nº 42/80, do Tribunal de Contas. Ofício solicitando permissão para exercer neste Poder, o controle de fiscalização externa, como específica. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer CONTRÁRIO. Voto em separado do Deputado Deni Schwartz. Aprovado. O Senhor Deputado José Tavares reitera, nos termos da reunião anterior, seja encaminhado ofício à Mesa Executiva, solicitando providências na localização do Ofício nº 85/79, que encaminhou à Sanção Governamental o Projeto de Lei nº 45/77,

que denomina Juscelino Kubstschek de Oliveira, a Usina Foz do Areia. O Senhor Presidente coloca o requerimento em votação. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, marcando outra para a primeira quarta-feira do mês de agosto. Lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, para que produza os efeitos legais, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado AUGUSTO CARNEIRO

Presidente

Rita Soares Bertoli — Secretária

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE JULHO DE 1980.

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	1.766.397,34	PESSOAL	92.100.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.101 – Venc. e Vantagens Fixas	55.100.000,00
202.111.11 – Venc. e Vantagens Fixas	91.941.358,73	211.102 – Desp. Variáveis C/P/Civil	2.100.000,00
202.111.12 – Desp. Variáveis C/P/Civil	54.674.568,07	211.103 – Contribuições de Prev. Social	200.000,00
202.111.21 – Contribuições de Prev. Social	2.038.269,71	211.104 – Outras Obrigações Patronais	33.450.000,00
202.111.22 – Outras Obrigações Patronais	154.405,48	211.105 – Inativos	6.650.000,00
202.112 – Material de Consumo	4.759.383,36	211.106 – Pensionistas	1.100.000,00
202.113 – Serviços de Terceiros e Encargos	48.575.185,48	211.107 – Salário-Família	50.000,00
202.114 – Desp. dos Exerc. Anteriores	497.744,80	211.108 – Outras Transf. a Pessoas	190.750.000,00
202.121 – Subvenções Sociais	11.667.750,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.122.1 – Inativos	33.268.034,50	211.201 – Material de Consumo	4.200.000,00
202.122.2 – Pensionistas	6.553.875,84	211.202 – Serv. de Terceiros e Encargos	37.271.440,00
202.122.3 – Salário-Família	1.072.767,60	211.203 – Desp. dos Exerc. Anteriores	500.000,00
202.122.4 – Apoio Financeiro a Estudantes	4.234.000,00	211.204 – Subvenções Sociais	11.667.750,00
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar	2.625.000,00	211.205 – Apoio Financeiro a Estudantes	3.422.000,00
202.122.6 – Outras Transferências a Pessoas	42.685,18	211.206 – Assist. Médico-Hospitalar	59.686.190,00
202.131 – Obras e Instalações	14.472.148,76	CAPITAL	
202.132 – Equip. e Material Permanente	473.786,90	211.301 – Obras e Instalações	13.000.000,00
CONTAS PENDENTES		211.302 – Equip. e Material Permanente	200.000,00
203.101 – Despesas Diferidas	3.117,94	CREDORES	
203.201 – Outras Contas Pendentes	21.105,50	212.101 – Despesas Empenhadas	3.779.520,12
TOTAL DO ATIVO 278.841.585,19		213.101 – Despesas Processadas	6.670.361,65
		213.20 – Folha de Pagamento	101.009,89
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 – Outras Contas Pendentes	370.804,55
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 – Empenhadas	658.847,44
		216.209 – Processadas Credores	149.650,58
		216.30 – Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 – Proces. Folha de Pagamento	808.498,02
		CREDORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	3.475.200,96
		TOTAL DO PASSIVO	278.841.585,19

a) DIRETOR FINANCEIRO

a) CONTADOR GERAL

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 06 de agosto de 1980.